

ACTA NÚMERO TRÊS

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E SETE.

Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e sete, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Belmonte, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor António Manuel Evaristo Duarte primeiro Secretário da Mesa e o Senhor Artur Alberto Mendes de Elvas Segundo Secretário da Mesa.

Eleitos do PS: Alfredo Guerra Martins, Catarina Alexandra Teixeira Mendes, José Martins da Fonseca;

Eleitos do PSD: Acácio Bernardo Nunes Dias, António Luís Nave D'Elvas, António Pinto Serra, Francisco António Afonso Barata Silveira e José Carlos Dias Duarte Gonçalves;

Eleitos da CDU: Ilda Maria Barroso Leal;

Presidentes de Juntas eleitos do PS: Manuel Firmino Cameira Presidente da Junta de Freguesia de Inguias e Carlos Manuel Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas.

Em virtude dos membros constituintes da Assembleia Municipal, da lista do PS Senhor Presidente da Assembleia Municipal Manuel Tomás Geraldês e o Senhor Deputado Joaquim Robalo Amaro terem pedido a suspensão de mandato, por período inferior a 30 dias, em conformidade com o artigo 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua última redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, 11 de Janeiro, foi convocado o Senhor José Proença Gonçalves e o Senhor Eduardo Carlos dos Reis Gomes.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia após ter verificado que existia quórum deu por aberta a sessão e leu o edital que deu origem à convocatória, informou que a Digníssima Assembleia iria funcionar com 14 presenças, registando-se as ausências das Senhoras Deputadas Maria Manuela Martins Sampaio, Maria da Graça Pedruco Paulo Amaro e do Senhor Deputado José Proença Gonçalves, bem como as ausências do Presidente de Junta de Freguesia de Caria Senhor Vítor Manuel Alves, do Presidente de Junta de Freguesia de Belmonte Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues e do Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves.

De seguida leu a ordem de trabalhos que, se transcreve:

- 1 – Aprovação das actas das sessões realizadas em vinte e três de Fevereiro e trinta de Abril de 2007;
- 2 – 1º Período de Intervenção dos Senhores Municípes;
- 3 – Período de antes da Ordem do Dia;
- 4 – Período da Ordem do Dia;
 - 4.1 – Informações do Presidente sobre a Actividade Municipal e Situação Financeira do Município;
 - 4.2 – Belmira Isabel Oliveira Ramalho e Hélder Miguel Santarém Freire – Pedido de isenção de IMT;

- 4.3 – 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento de 2007;
5 – 2º Período de Intervenção dos Senhores Municípes;

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** informou que iria passar ao expediente e informou Assembleia que através de informação escrita tinha sido dado conhecimento da correspondência recebida e expedida.

1 – APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES REALIZADAS EM VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO E TRINTA DE ABRIL DE 2007;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que se iria proceder à votação da acta da Assembleia Municipal de Belmonte, realizada em 23 de Fevereiro de 2007, tendo dado a palavra aos senhores deputados para as devidas correcções. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a acta da sessão ordinária realizada em 23 de Fevereiro de 2007, com 12 votos a favor e 2 abstenções do Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves e do Senhor Deputado Eduardo Carlos dos Reis Gomes, por motivo de ausência na referida sessão.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou a assembleia que naquele momento se registavam 15 presenças com a entrada do Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves;

De seguida informou que se iria passar à votação da acta da Assembleia Municipal de Belmonte, realizada em 30 de Abril de 2007 dando a palavra aos senhores deputados;

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca disse:

“Já falei aqui mais vezes sobre actas. A acta não tem que reproduzir totalmente o que se passa nesta Assembleia, mas o que se passa fielmente. Sublinho mais uma vez, que em intervenções minhas a transcrição não é fiel. É o caso da minha primeira intervenção nesta acta, que está na folha número 3. Eu não tenho gravador no bolso e por isso não quero falhar sobre o que aqui se passou. Agora só espero é que essa gravação não desapareça. Mas sei o que digo, prezo-me disso e disse mais do que está aqui, nomeadamente disse, “quero fazer um apelo e uma saudação” e não está cá. Poder-se-á considerar que é secundário, mas cada coisa no seu contexto e depois efectivamente apelei aos ilustres autarcas nesta sala, que resistissem à tentação de fazer política de uma forma anónima e cobarde. Não chamei anónimos nem cobardes a ninguém, falei de uma forma de fazer política anónima e cobarde, sei o que digo, foi um apelo que fiz aos políticos desta sala, e disse efectivamente, se entrarmos por essa via não dignificamos a nossa função.

Relativamente a isto é obvio que vou votar contra esta acta, sob minoria. Se reprovarem esta acta, obviamente que se irá ouvir novamente a gravação.

De seguida passou-se à votação da acta da Assembleia Municipal de Belmonte, realizada em 30 de Abril de 2007.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a acta da sessão ordinária realizada em 30 de Abril de 2007, com 13 votos a favor do PS e do PSD, com o

voto contra do Senhor Deputado José Martins da Fonseca e com a abstenção da Senhora Deputada Ilda Maria Barrosos Leal, por motivo de ausência na referida sessão.

2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao público presente, não tendo havido qualquer intervenção.

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou que estavam abertas as inscrições para o período antes da ordem do dia.

A Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal (CDU) apresentou uma moção:

“Moção:

Considerando que o Governo iniciou um processo, que designa de «negocial», de transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais em áreas como a Saúde, a Educação e a Acção Social;

Considerando que este processo agora iniciado surge no contexto da elaboração e da aprovação de uma Lei das Finanças Locais, da recusa de criar e instituir as Regiões Administrativas, da extinção das Regiões de Turismo, do encerramento de vários serviços públicos em todo o País, na sequência de anteriores processo de transferências de competências que apenas resultaram em mais e maiores dificuldades para as Autarquias;

Considerando que a transferência de competências da Administração Central para as Autarquias deve ser encarada como um processo de descentralização a que corresponda uma efectiva capacidade de dar resposta aos níveis de atendimento e satisfação exigidas pelas populações;

Considerando que qualquer processo de transferência de competências deve respeitar escrupulosamente a Autonomia do Poder Local Democrático, devendo ser acompanhado pela respectiva transferência dos recursos financeiros adequados ao exercício dessas mesmas competências;

Considerando que o Principio da Subsidiariedade, nos temos do qual se devem aproximar os centros de decisão dos seus destinatários, só prevalece se corresponder a uma efectiva melhoria dos serviços prestados às populações;

Considerando que a transferência de competências da Administração Central para as Autarquias em matéria de funções sociais do estado não pode corresponder a uma prestação de serviços diferenciada consoante o território onde nos encontramos, sob pena de destruir o carácter universal dos serviços prestados a acentuar injustiças e assimetrias existentes;

A Assembleia Municipal de Belmonte, reunida no dia 29 de Junho de 2007, delibera:

- 1- Recusar um processo de transferências que se constitua como um processo forçado de transferências de encargos e de insatisfações em domínios onde as carências se foram avolumando por redução sistemática de investimentos da Administração Central;

- 2- Exigir que as competências a transferir transitam calculadas em função das necessidades existentes e não em função das deficientes dotações de meios técnicos e humanos que hoje lhes são afectas;
- 3- Condenar as tentativas de, pela transferência de competências para as quais os Municípios não estão preparados, contribuir para a desestruturação de políticas públicas e privatização de funções e serviços fundamentais como a saúde e a educação;
- 4- Denunciar o facto de na proposta do Governo não configurar um verdadeiro processo de descentralização, visto que o mecanismo de transferência de recursos financeiros que tem associado é o da consignação de receitas, sendo esta transferência de recursos a efectuar pelo Fundo Social Municipal o que significa a existência de uma tutela de mérito sobre os Municípios, violando mais uma vez a sua autonomia, tentando domesticar o Poder Local Democrático, pretendendo transformá-lo em meros serviços desconcentrados da Administração Central;
- 5- Exigir um verdadeiro processo de descentralização de competências, com a criação de Regiões Administrativas, que permita construir um Estado moderno, com dinâmicas nacionais, regionais e locais, de modo a pôr fim às injustiças e assimetrias e a salvaguardar as funções sociais do Estado e a qualidade dos serviços públicos a prestar.
- 6- Enviar cópia deste documento para:
 - Associação Nacional dos Municípios Portugueses;
 - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;
 - Grupos Parlamentares da Assembleia da Republica;
 - Senhor Primeiro-Ministro.A eleita da CDU.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou a assembleia que naquele momento se registavam 17 presenças com a chegada do Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues e do Presidente da Junta de Freguesia de Caria Senhor Vítor Manuel Alves;

De seguida colocou a moção à discussão dando a palavras aos senhores deputados;

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) disse:

“Entendemos que esta moção é desprovida de conteúdo político partidário, faz uma série de referencias a preocupações que também partilhamos, embora não tenhamos tanta certeza da resolução de problemas com a criação de regiões administrativas, mas de qualquer forma no seu conteúdo e de uma forma global consideramo-la positiva como intenções, pelo que a votaremos favoravelmente.”

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse:

“A minha primeira saudação é para a Senhora Deputada da CDU, por este seu gesto, embora em cima da hora de nos dar o texto, eu tenho que o louvar. Porque se há coisa mais condenável e, já o disse aqui, é pretender-se que as pessoas votem aquilo que não sabem,

que não conhecem. Já me referi aqui, coincidências de certo modo ideológicas, a princípios fundamentais da solidariedade humana, e por isso eu, que não sou neste momento o presidente do Grupo Parlamentar do PS, mas na minha qualidade de deputado, e parecendo-me traduzir a vontade dos meus parceiros do grupo parlamentar, concordamos, quase e sem observação, tanto quanto nos é possível, numa leitura que obviamente não foi demorada e aturada, com os considerandos desta moção. Na parte propriamente deliberativa as coisas já começam a ser ligeiramente diferentes. Pretende a CDU com esta moção, nomeadamente no ponto dois, que as competências a transferir não sejam em função de “deficientes dotações de meios técnicos”. Por um lado até concordo, mas atenção, não podemos é cair em irrealismos. Se me disserem que é em função de deficientes dotações de meios técnicos atendendo à situação do país, aí subscrevo totalmente. Gostaria de apresentar já uma proposta de alteração desta redacção, que obviamente a autora aceitaria ou não. Isto é que são regras democráticas. Mas assim tão depressa não consigo apresentar uma proposta. Alguém mais esclarecido do que eu que a apresente. No ponto quatro da moção, “tentando domesticar o Poder Local Democrático”, isto em termos de sistema, repudio veementemente, porque se há coisa de que o PS não recebe lições de nenhum partido é em termos de democracia. O PS não domestica, faz parte do ideário fundamental do PS a dignidade humana. Está lá em todos os documentos, e assim tem sido feito, e muitos outros partidos andaram a reboque disso, no respeito pela dignidade humana. Se porventura um elemento do governo fizer isso, levantem o dedo, e acusem-no, digam o nome, e digam porquê. Portanto, “domesticar Poder Democrático” não. Que se tenham conceitos de poder local democrático diferente de quem fez a moção e até diferente de mim, é uma coisa, agora que o governo esteja a tentar “domesticar o Poder Local Democrático” dá-lhe uma conotação extraordinariamente ofensiva, que repudio em termos democráticos. Por isso, como não posso, num caso apresentar uma contraproposta e no segundo caso subscrever esta expressão, nem sequer me abstenho, porque o PS é democrático e as pessoas votam como querem e além disso não tenho estatuto para dizer aos deputados do PS, aqui e agora, como é que vão votar, voto contra.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou à votação da moção apresentada:

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a moção apresentada, com 7 votos a favor do PSD e da CDU, com 6 votos contra PS e com 4 abstenções do PS.

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) disse:

“Senhor Deputado Martins da Fonseca, antes de responder, esclareça-me se de facto percebi bem o que disse, referia-se se seria possível apontar algumas situações em que membros do Governo tivessem alguma vez ferido a dignidade ou actuado de forma criticável em relação aos princípios democráticos?”

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse:

“...absolutamente secundário mas que assumo porque assumo todas as minhas condições, mostro a cara
...e nesse campo compete-me dar louvores, e louvo uma instituição que nos honra e que presta um serviço muito valioso ao concelho e às pessoas do concelho, é a Rádio Caria. A Rádio Caria é uma instituição extraordinariamente valiosa para o concelho, por isso saúdo

o esforço de todos os que põem a Rádio Caria a funcionar no dia a dia, mas por vezes, no “melhor pano cai a nódoa”. A Rádio Caria numa notícia que me tocava, escrita por um Senhor Sérgio, que agora já sei quem é, escreveu assim: “os tão conhecidos «blog`s» na Internet (não se esqueçam da falha que há na acta, não se esqueçam disso é que são coincidências, as outras falhas que houve na acta sobre intervenções minhas também foram coincidências marcáveis e assinaláveis, que se quiserem eu explico qual foi a coincidência), estão agora a colocar os nervos em franja, quem é que terá sido o autor desta frase “os nervos em franja”?, aos autarcas e responsáveis das associações do concelho de Belmonte”. Eu não sou responsável por nenhuma associação do concelho de Belmonte porque nunca quiseram. Estou sempre disponível a dar o meu contributo pelo bem comum. Mas não assalto lugares. Sem identificação, os utilizadores desta ferramenta da net expressam o seu sentimento, opiniões e até deixam sugestões, mas as pessoas de Belmonte devem-se sentir envergonhadas quando, em França, em Lisboa, no Canadá, lerem que as pessoas têm aquela dignidade que está no blog. As pessoas de Belmonte que estejam lá fora dirão assim, esta gente é digna? Lá em Belmonte é tudo assim, e os judeus são assim? Apropriaram-se de um nome ilegítimamente, isso é crime. Belmonte não sai honrado disto. Mais, já li coisas no blog que se passaram aqui, portanto, só pessoas que estão aqui é que as poderiam levar para o blog. E, sendo assim, eu tinha razão antes de tudo começar, antes das pessoas se espalharem e envergonharem o concelho, em certos campos, lamento que se desprestígie o concelho. Entretanto falta aqui uma coisa na acta, ouçam a gravação se quiserem, porque eu disse assim: “independentemente de os blog`s serem um valor a ter em conta”. O senhor funcionário não é culpado, é culpado quem não lhe exige exactidão nas suas actas, ou quem o induz por ventura a alterar a acta”, digo e assino e que fique em acta. Foi com este sentimento de indignação, diz a notícia, porque ocupa lugar de associações e etc., que tem os nervos em franja porque, essas pessoas são altamente meritórias. Os que têm responsabilidades em diversas áreas do desenvolvimento local ficam perturbados. Foi com esse sentimento que o deputado municipal do PS Martins da Fonseca, que mostro a cara e assino. Foi com esse sentimento porventura tenho que interpretar «de perder o tacho», sei lá do quê, eu nunca tive nenhum «tacho» aqui. Ainda hoje estou para saber qual é o critério que leva o asfalto a caminhos de pessoas que aqui estão e de familiares deles, que eu ainda não o tenho. Não estou a pedir que me levem lá o caminho, as coisas devem ser feitas com critério, já o disse aqui não o mandei dizer. Não me confundam com ninguém, já o disse aqui, a propósito dos subsídios às associações e alarguei o sentido, portanto não tenho «rabo trilhado» como querem insinuar nesta notícia. Além disso falo de maneira de fazer política, não falo nos políticos que fazem isso, fiz apenas um simples apelo que não quiseram ouvir, posso prová-lo, são livres de ouvirem ou não o meu apelo. Agora servirem-se desse papel que aqui desempenhei, com consciência tranquila de que estava a fazer o melhor para o concelho para acabar com a achincalha vergonhosa, porque toda a gente no mundo sabe qual é a diferença entre anónimo e secreto! Em Belmonte as pessoas que fazem esse tipo de política não sabem, porque dizia lá em determinada altura” ó senhor deputado, então o voto é secreto e os que votam também são cobardes? Vejam o analfabetismo de quem pretende saber alguma coisa, é que ser analfabeto não é mau, agora armarem-se em «sabichão» e dizendo torpezas destas é que, se alguém aqui ainda não sabe, secreto não é condenável, muitas vezes é a guarda da democracia. No negócio também, o segredo é a alma do negócio. Isso não é condenável, é louvável. A pessoa que sabe guardar um segredo é uma pessoa de honra e de consideração. O anónimo não, não tem nada a ver, só na cabeça de gente mal formada é que anónimo é igual a secreto. Relativamente á notícia, e reparem

que eu estou a relacionar a notícia com o blog e a acta, fui á ficha da Rádio Caria. Fui ver se o senhor era jornalista, não vi ficha. Se não é jornalista tenho que dizer que louvo o esforço dele para tentar desempenhar bem o seu papel. Louvo, mas tenho que lhe recomendar que tenha cuidado, porque se fosse jornalista tinha lido que os jornalistas devem relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvidas as partes atendíveis no caso, e deve assumir a responsabilidade pelos seus trabalhos e actos profissionais assim como promover a pronta rectificação das informações. Quem não é jornalista mas desempenha esse papel deve lê-lo e deve cumprir com que lá está. Mas parece-me que a seriedade deste assunto, a bem do concelho, justifica esta intervenção.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia relativamente a intervenção anterior disse:

“Sobre esta intervenção do Senhor Doutor Martins da Fonseca, a mesa ouviu, penso que foram feitas algumas considerações graves. Por isso, aquilo que prometo é que juntamente com os restantes membros da mesa, tomaremos as devidas providências no sentido de repor a verdade.”

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse:

“Entendam-me, talvez o meu estilo seja levado a ficar magoado com isto, o Senhor Presidente não deve ficar magoado. Nós sabemos que os elementos da assembleia estão a desempenhar um papel que em termos formais deveria ser extraordinário mas, em termos reais, as assembleias desempenham um papel muito secundário. Relativamente ao Senhor Presidente que hoje está em exercício, e é Secretário, não se pode pedir que dactilografe uma acta. Recomendo que se use o princípio de gestão, que se faça o controlo por amostragem, exemplar e exigente, para que nos outros pontos, onde não recaia a amostragem, não haja tentação de prevaricar. Obviamente há duas espécies de pessoas, as humanas e desumanas. As humanas são compreensivas para as falhas da natureza humana. Há duas espécies de pessoas, as responsáveis e os irresponsáveis. Não gostaria de encontrar muita gente irresponsável, portanto não posso censurar vossas excelências, porque sei qual é o papel. Agora o facto de estarmos quatro meses para receber uma acta que devia de estar feita no máximo no fim de três dias, isso não entendo.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou a assembleia que naquele momento se registavam 18 presenças com a presença da Senhora Deputada Maria Manuela Martins Sampaio.

O Senhor Deputado António Luís Nave D` Elvas disse:

“Dado a última intervenção, e porque foram aqui proferidas algumas considerações que na nossa opinião são menos próprias, e menos devidas ás pessoas em causa, quer o PSD manifestar, porque também assinamos e subscrevemos aquilo que dizemos, que quanto ao mérito profissional e pessoal do funcionário da câmara nada, mas rigorosamente nada temos a dizer, acreditamos que o faz, com a maior seriedade e competência dentro do esforço louvável que é transcrever aquilo que todos nós aqui vimos «debitar» ao nosso belo prazer. Que o funcionário em causa o faz com a maior seriedade, e que, não temos a menor suspeita nem temos a noção de que ele possa ser influenciado nessa função, que tão nobremente faz, e se assim fosse, ainda era possível que aqui viéssemos em vez de dizer

que está tudo mal, rectificar, como sempre fazemos, rectificar algumas palavras, algumas frases que consideramos menos correctas para que na acta elas fiquem conforme nós entendemos que as tenhamos proferido, e ainda assim, se assim não for ainda, temos sempre a possibilidade de mandar ouvir a gravação para que na dúvida seja reposta efectivamente palavra por palavra aquilo que foi aqui dito. Na minha opinião, as actas não devem ser tão extensivas quanto o são, o funcionário tem imenso trabalho, quando poderia ter metade do trabalho e não estar a transcrever tudo rigorosamente. Mas acredito que o faça para tentar salvaguardar aquilo de que agora é acusado. Esta era uma ressalva merecida, a outra é também aos profissionais da Rádio Caria. O PSD acredita que o fazem com a maior seriedade e isenção, que transcrevem também tudo de aquilo que aqui se passa de uma forma jornalística, de forma mais sintética que não pode ser efectivamente a acta que o funcionário acabou de fazer, mas transcreve para que a opinião publica venha ter noção do que se passa de uma forma geral nesta assembleia. Acreditamos também que o jornalista em causa é um jornalista sério e honesto e que faz o seu trabalho com a maior dignidade. Pelo que lhe manifestamos aqui o nosso apreço pelo seu trabalho.”

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte disse:

“Relativamente ao que se tem passado aqui esta noite, quero dizer muita sucintamente. Penso que este tempo que estamos a ocupar na Assembleia Municipal, se calhar estamos a perder demasiado tempo com esta questão e existe a disposição da nossa parte de podermos discutir a questão das actas no âmbito da Comissão Permanente se assim o entenderem. Também nós não podemos concordar com que se tem passado com as actas, nomeadamente com a demora na sua elaboração. Em meu nome pessoal quero dizer que me recuso acreditar que o funcionário em causa tenha agido de má fé em qualquer falha ou gafe que tenha sido detectada em alguma dessas actas.”

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse:

“Queria apenas clarificar que subscrevo totalmente o que disse o presidente do meu grupo parlamentar. Relativamente ao jornalista, repeti-o várias vezes, relativamente ao senhor funcionário a mesma coisa, talvez por não saber bem as regras do funcionamento de uma entidade como esta, deu de ombro para a plateia, quando eu estava a falar, isso, considero puramente uma ignorância. Não é nada mais, também não ponho em causa a honestidade dele, agora posso pensar que ele possa ser ingénuo.”

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte disse:

“Relativamente ao ponto anterior, não referi o jornalista de quem tenho a melhor impressão pessoal e profissional, mas não me pronunciei sobre isso porque desconheço o assunto em causa, de qual é o diferendo que o separa do Doutor Martins da Fonseca, por isso não quero emitir opinião.

Recomendava ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o seguinte:

A segurança nas escolas deve ser preocupação comum a toda a comunidade. As escolas devem ser espaços de aprendizagem e de formação de uma nova geração de cidadãos.

Considerando que entendemos que as forças de segurança devem ser parceiras das comunidades educativas na construção das escolas mais seguras;

Considerando que o programa escola segura que tem como objectivo principal garantir as condições de segurança da população escolar, e que desempenha uma missão de vigilância eminentemente preventiva de certos comportamentos e pretende articular e fortalecer o relacionamento existente entre as forças de segurança e as escolas;

Considerando também que sabemos que existe um programa de escola segura em curso nos concelhos da Covilhã e Belmonte e que a Guarda Nacional Republicana da Covilhã tem à sua disposição apenas uma única viatura e dois militares para efectuar a vigilância a todos os estabelecimentos de ensino existentes nos concelhos de Belmonte e Covilhã, excepto as escolas existentes na cidade da Covilhã;

Considerando ainda que entendemos que este carro patrulha na nossa opinião não é o suficiente para assegurar o patrulhamento nos dois concelhos, dou como exemplo as distâncias entre as Minas e o Colmeal da Torre, em nome do Grupo Parlamentar do PS da Assembleia Municipal de Belmonte, recomendamos a esta Câmara Municipal que envie de todos os esforços no sentido que seja criado um núcleo escola segura ao nível local, ao nível do Concelho de Belmonte. Mas como também sabemos que essa criação só pode ser possível se alguma entidade ceder uma viatura à GNR para este efeito, até porque temos conhecimento que existe vontade da Parte da Guarda Nacional Republicana em ceder dois militares para esse carro patrulha caso venha a ser cedido pela autarquia, recomendamos ao executivo camarário que equacione a possibilidade de cedência ou de atribuição de um automóvel à GNR no âmbito projecto escola segura á semelhança do que tem acontecido noutros concelhos deste país, para que se possa concretizar a criação do núcleo escola segura de Belmonte.”

4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por dar a Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal (CDU).

A Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal (CDU) disse:

“Sobre a informação do Senhor Presidente vejo que na área da educação já está a ser elaborado o projecto com vista á construção do Centro Educativo de Caria, e sobre este assunto pergunto onde irá ser construído, se será uma construção de raiz ou recuperação de imóvel? Se for a segunda opção espera-se que não sejam cometidos os mesmos erros que foram feitos no Centro Educativo de Belmonte, pelo que é importante que se reúnam com os professores para ver o que pensam sobre o assunto.

Quanto á Carta Educativa, perguntava se já foi discutida com o Concelho Municipal de educação, e para quando está prevista a apreciação pela a Assembleia Municipal.

Relativamente ao lar de idosos de Caria este assunto tem tido por parte da CDU uma atenção muito especial, porque se trata de um equipamento que a população necessita. Detectando várias irregularidades e contradições neste «romance» e com vista a ajudar a

resolver o problema solicitamos reuniões a três instituições, Centro Regional de Segurança Social de Castelo Branco, Santa Casa de Misericórdia de Belmonte e Câmara Municipal de Belmonte. Curiosamente fomos prontamente recebidos pelos responsáveis das duas primeiras, tendo a Câmara recusado a nossa solicitação, lamentamos, e lamentamos porque a conclusão que se pode tirar é que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não está disponível para ouvir e esclarecer os munícipes, os actos ficam com quem os pratica e a população saberá interpretá-los.

Quanto ao problema em si vejamos os factos. As obras do futuro lar de Caria iniciaram-se em 2003 em terrenos municipais e só em Agosto de 2006 é que há deliberação camarária da cedência do direito de superfície à Santa Casa da Misericórdia de Belmonte. O projecto deu entrada na câmara municipal em 2004 e em Setembro de 2006 a CDU questionou a câmara municipal em reunião e Assembleia Municipal, sobre o porquê das obras estarem paradas. Foi respondido que isso era da responsabilidade exclusiva da entidade promotora, Santa Casa de Misericórdia de Belmonte. Em Dezembro de 2006 a CDU novamente em reunião de Assembleia Municipal solicitou informações à câmara desta vez sobre os termos de cedência dos terrenos. Em Abril de 2007 foi entregue à CDU o protocolo de cedência gratuita do direito de superfície cuja data de celebração entre ambas as partes é de 24 de Janeiro de 2007, ou seja vários anos após o início das obras. Recentemente foi tornada pública a pretensão da Santa Casa da Misericórdia em adquirir o terreno, a resposta da câmara é inconclusiva.

Questiona-se, porque não dar idênticas condições de aquisição do terreno à Santa Casa da Misericórdia de Belmonte que foram oferecidas ao projecto do lar de Belmonte?

A CDU exige que se ponha termo a comportamentos baseados em interesses e relacionamentos pessoais, que se traduza em ausência de lisura institucional e que se têm sobreposto ao soberano interesse público.

Com estes procedimentos, compromete-se não apenas a iniciativa social, mas também a iniciativa privada, como é a situação da conhecida proposta de mais um lar em Belmonte. Dos contactos efectuados concluímos que depende exclusivamente da câmara a resolução do problema e, como tal o exige, que a câmara e designadamente o seu presidente, eleito para resolver e não para criar problemas, que assuma as suas responsabilidades para que o projecto possa ser finalizado e para que quem de direito o possa colocar ao serviço das populações.”

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) disse:

“Gostaria de congratular-me por duas iniciativas que estão a ser tomadas pela bancada do PSD, qualquer uma delas já defendidas de uns tempos a esta parte, pela importância e pelo significado que têm, nomeadamente a construção do Posto Médico de Carvalhal Formoso, que por mais que uma vez fizemos referencia á necessidade de alterar a situação vigente, e portanto nesse aspecto tal como na altura fizemos a reivindicação neste momento congratular-me com lançar deste processo para que a situação seja alterada. Depois também congratular-me com o desencadear do processo com vista à construção do Centro Educativo de Caria. Trata-se de uma ideia que foi claramente lançada na campanha eleitoral das últimas eleições autárquicas, por parte, não só do PSD mas como também dos candidatos Mpb, e por isso mesmo ficamos satisfeitos que a câmara tenha acolhido esta proposta e desafio. Face á necessidade deste projecto consolidar pelo menos as duas vilas do concelho em termos de sustentabilidade da população estudantil. Mas gostaria de deixar

o alerta, da importância em continuarmos a fazer todos os esforços para manter a população estudantil nas outras povoações, nomeadamente em Colmeal da Torre, Maçainhas e Inguias. Será bom que estes projectos não se tornem e não absorvam toda essa população estudantil dessas aldeias. Por isso também o repto para que se criem as condições necessárias para que as crianças nas aldeias, que referi, possam continuar a ter o ensino no local onde habitam.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões que lhe foram colocadas:

“Em relação ao Centro Educativo de Caria, estamos na fase de adjudicação do projecto. Relativamente á sua localização será prestada essa informação à Assembleia Municipal em tempo oportuno.

No que concerne á Carta Educativa esta foi adjudicada a uma empresa.

Relativamente ao lar, acho estranho que a CDU esteja empenhada em criar mais uma polémica, porque não acredito que alguém dissesse aquilo que a senhora disse aqui. Para já estas coisas não se gerem por relacionamentos pessoais, gerem-se por relacionamentos institucionais. Em relação á reunião referida pela senhora, eu não me recusei a ter essa reunião limitei-me a dizer à CDU que esse assunto deveria ser tratado com a Santa Casa que é o dono. A Câmara Municipal, para além de aquilo que já fez, não tem rigorosamente nada a ver com o andamento da obra. Fizemos aquilo que tínhamos que fazer, e fizemo-lo com a melhor das intenções, que foi criar condições para que o Lar se fizesse naquele terreno. Em relação ao resto é um assunto da inteira responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia. Temos interesse que o Lar se faça, tal como a CDU, mas também não vamos imiscuir-nos na gestão da Santa Casa. Quando a senhora diz que, dos contactos que fez, resulta uma má vontade entre o Provedor da Santa Casa e o Presidente da Câmara Municipal, isso é grave, pelo que quero que me diga qual foi o organismo que disse isso ou quais são os responsáveis do organismo que lhe disseram isso, que é para nós lhe pedirmos explicações, porque isto é grave. As coisas não se gerem assim na Câmara e possivelmente na Santa Casa também não, porque nós cumprimos com aquilo que deveria ser feito, pelos menos nesta fase. Pelo que não vale a pena tentarem confundir as situações para que criem mais um caso. Pelo que lhe solicito que a senhora deputada nos diga aqui, hoje, qual a instituição que lhe disse isso, para que possamos pedir esclarecimentos, o que é que leva algum organismo a dizer que isto resulta de más vontades pessoais, para que possamos esclarecer numa próxima reunião da Assembleia Municipal. Não aceito que isso possa ser dito dessa maneira, porque nós não podemos fazer mais do que aquilo que está feito e nem a Segurança Social o exige. Gostaria de ser esclarecido do que é que a CDU pretende com esta intervenção, dar a ideia que aquela obra não se faz porque a Câmara não deixa ou não quer? Isso é falso, porque se não o quisesse, não teria criado as condições para que a candidatura se fizesse. Pelo que agradeço que rectifique a sua intervenção, uma vez que tais afirmações não têm qualquer fundamento.”

Senhor Vítor Manuel Mendes Alves Presidente da Junta de Freguesia de Caria disse:

“Parece-me que a extensão da Santa Casa de Misericórdia de Belmonte, em Caria está a tornar-se numa «telenovela». Pelo que convém esclarecer a quem não sabe e lembrar aqueles que sabem e que se esqueceram, como foi o início da extensão da Santa Casa de Belmonte em Caria. Em 2001 a Junta de Freguesia de Caria na minha pessoa, contactou a

Santa Casa de Misericórdia de Belmonte na pessoa do Senhor Provedor no sentido de se fazer uma extensão desta em Caria, pelo que o Senhor Provedor aceitou, mas havia um inconveniente que era o terreno para a sua edificação. Mas com na altura a Câmara Municipal tinha comprado a Casa da Torre de Caria e a área envolvente com cerca de dois hectares, contactei o Senhor Presidente da Câmara, no sentido de ceder terreno para a construção do lar. A obra iniciou-se em 2001 para estar concluída em 2003 pelo que não houve qualquer entrave, não houve qualquer problema por parte da Santa Casa da Misericórdia. Toda a mão de obra daquilo que lá está feito foi pago pelo Instituto de Formação Profissional, em cursos de formação, cursos esses que a parte teórica foi feita nas instalações da Junta de Freguesia, a luz eléctrica para a construção foi cedida pela Junta de Freguesia de Caria. A obra era para estar concluída em 2003, estamos em 2007 pelo que fico surpreendido com as notícias que vem a publico onde o Senhor Provedor diz que não tem dinheiro para concluir a obra.

A Santa Casa já teve tempo para concluir a obra, se acha que não tem condições para a acabar que diga que certamente haverá outras alternativas para se concluir aquele empreendimento.”

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse:

"Toda a gente sabe aqui que sou muito fiel àquele princípio que «cada cabeça sua sentença», acho que é isso a essência da democracia, é o equilíbrio entre a sentença de cada cabeça, isso é que é democracia. Toda a gente sabe que o Senhor Presidente da Câmara não pensa como eu, e eu também não penso como ele, e toda agente sabe que até há divergências na nossa maneira de pensar, mas não há desarmonia, e que, eu enquanto fui Presidente do Grupo Parlamentar do PS, cumpri a minha obrigação de viabilizar o mandato ao Senhor Presidente que é a minha obrigação na situação. As oposições têm o que merecem, isto é, se souberem ser oposições de certeza que criam um justo equilíbrio entre o poder e a oposição. Relativamente a isto eu posso recomendar ao Sr Presidente da Câmara do meu concelho que nunca dê nada que depois não possa controlar. É que os dinheiros não são dele, são públicos, e ele só pode dar alguma coisa a alguém se depois puder controlar. Isto para mim anda tudo misturado com o tal terreno do Buzieiro. Uma empresa privada tem que publicar as suas contas, e põe-as na Conservatória onde toda a gente pode ir buscá-las e conferi-las. Há outras que não, pelo que não quero ofender ninguém nem nada, mas tenho que fazer o possível para defender os interesses do concelho. Há instituições que não respondem perante ninguém em termos públicos, só respondem perante quem querem. Pelo que há entidades e entidades, pelo que se me disserem que uma entidade anda por aí a despedir discriminadamente, eu nessas entidades não confio, porque os despedimentos têm que ter justa causa, e não podem ser só de uma cor política. Se me dizem que andam por aí com máquinas nuns terrenos alheios, eu não confio nessa entidade, essa entidade é perigosa. Se me dizem que as pessoas andam contentes ou descontentes porque vão a uma loja e pagam muito mais que o que deviam, aí tinha a máxima cautela. Pelo que peço ao meu presidente muito cuidado com a administração dos dinheiros públicos E neste caso concreto ouvindo a intervenção dele, tenho que apoiar o meu presidente porque me parece que está a fazer uma gestão muito sensata do dinheiro que é de nós todos.”

A Senhora Deputada Maria Manuela Martins Sampaio (PSD) disse:

“Apesar de ter chegado tarde notei realmente que há aqui um ambiente de crispação a que não estava habituada nas assembleias municipais desde que sou membro desta

assembleia. E realmente desde a primeira eleição muita coisa mudou e muita coisa se tem passado em Belmonte, até estes acordos que são feitos entre homens honrados, como diz o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria, e realmente estes acordos de cavalheiros acontecem nas terras pequenas e á pequena escala. Lamento que uma obra que se começou em 2001 e que tinha prazo de conclusão em 2003, que o projecto não esteja aprovado, um projecto que começou em 2001 que já teve água, luz tudo isso feito, então como é que se avança com um projecto destes sem estar aprovado? Que cavalheiros foram estes que fizeram o tal acordo que quebraram? Sou leiga nestas matérias, mas no entanto, sempre tentei que as entidades tratassem com as entidades embora haja um rosto á frente de cada uma. Não vão ser as especulações de terceiros, não vão ser os atritos entre quem dirige cada uma das entidades que deve tratar os assuntos, que deve honrar o andamento destes. Eu entendo assim, não por ser da bancada da oposição ou por fazer bem ou mal a oposição, mas expliquem-me que cavalheiros foram estes que fizeram este acordo, e expliquem-me também porque é que realmente a obra não avança? Sou leiga mas estou aqui nesta assembleia a representar outros tantos leigos como eu. Se há realmente alguma coisa para explicar, quem de direito que explique, e pelos vistos aqui quem tem que explicar é a entidade Câmara e a entidade Santa casa da Misericórdia de Belmonte. Como é que uma obra que começou em 2001, a quem a Junta de Freguesia de Caria ajudou, que era para estar concluída em 2003, em 2007 não tem projecto aprovado?”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões colocadas:

“Só para tentar acrescentar alguns dados para tranquilizar as pessoas e esclarecer algumas dúvidas. Em relação a essa questão o ultimo episodio deste assunto tem a ver com um pedido de candidatura que a Santa Casa da Misericórdia de Belmonte fez para a construção deste equipamento, e aquando da primeira candidatura a Santa Casa da Misericórdia pede-nos, no prazo de dez dias, para lhe darmos um documento que seria para juntar á candidatura que atestasse a posse do terreno onde iria ser construída aquela infra-estrutura, pelo que a Câmara Municipal nesse período de tempo decidiu fazer uma doação de direito de superfície por trinta anos, quando a Santa Casa só era obrigada a ter lá o Lar durante vinte e cinco anos, porque a Segurança Social só exige á entidade promotora que mantenha o equipamento financiado durante vinte e cinco anos, depois disso pode ser vendido ou transformado nouro tipo de infra-estrutura, que entretanto fica desvinculado do compromisso do financiamento. Naquela altura, achamos que o caminho mais rápido seria fazer a cedência de direito de superfície, pelo que a candidatura decorreu normalmente mas não foi aceite. Fez-se novamente uma candidatura, à qual demos um parecer favorável. A Santa Casa nesta altura vem-nos dizer que o desejável seria que a Santa Casa entrasse no direito efectivo do terreno, onde existisse uma escritura de doação ou de venda daquele terreno para ficar com a posse por inteiro daquela área. Como sabemos que as candidaturas não obrigam a isso e como sabemos também que a Santa Casa só está obrigada a ter o equipamento durante vinte e cinco anos, pensamos que isso não seria relevante para coisa nenhuma. Então fizemos um pedido de esclarecimentos por escrito á Segurança Social para que nos dissesse se aquela titularidade era ou não era suficiente para suportar o documento da posse que era exigido na candidatura. Pelo que estamos a aguardar a resposta por parte dessa entidade. Em relação ao projecto está em apreciação nos serviços técnicos desta autarquia.”

A Senhora Deputada Maria Manuela Martins Sampaio (PSD) disse:

“Não me considero esclarecida, pelo que não compreendo como é que uma obra desta natureza avança sem projecto aprovado.”

O Senhor Carlos Manuel Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas disse:

“Gostaria de ser esclarecido se a obra está concluída ou não, uma vez que já tem água e luz embora o facto de ser cedida pela Junta de Freguesia de Caria?”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu:

“Aquela obra foi iniciada com muitas boas vontades, mas não tem praticamente infra-estruturas nenhuma.”

A Senhora Deputada Maria Manuela Martins Sampaio (PSD) disse:

“Quero apenas dizer que se realmente a Santa Casa é que é a dona da obra e não se pode exigir á Santa Casa que faça a obra se não tem dinheiro, já o mesmo não acontece no que diz respeito aos licenciamentos. Como se podem candidatar a fundos do IFP a cursos de formação sem o projecto estar aprovado, continuo a não estar esclarecida.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu o ponto como encerrado e passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

4.2 – BELMIRA ISABEL OLIVEIRA RAMALHO E HÉLDER MIGUEL SANTARÉM FREIRE – PEDIDO DE ISENÇÃO DO IMT;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal:

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o ponto acima referido resulta da lei, pela qual deveria haver uma deliberação genérica para todos os casos que a lei prevê, como já foi feito anteriormente noutro caso.

O Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dia (PSD) disse:

“Temos aqui dois assuntos a submeter á votação, um diz respeito á deliberação da Câmara Municipal de 1 de Março de 2006 e o outro diz respeito ao requerimento e respectivo deferimento de petição presente á Câmara em 6 de Junho de 2007.

Com base no n.º 5 do Artigo 39º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais é solicitado a este Órgão Deliberativo a autorização para a concessão do Benefício Fiscal constante do referido Estatuto.

Há necessidade de separar as situações que são salientadas quer na informação prestada ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, quer no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Assim, haverá que proceder a duas votações distintas.

Relativamente a situações anteriores à entrada em vigor da Lei 53-A/2006, teremos que ter em conta:

- 1- A Câmara Municipal de Belmonte deliberou em 1 de Março de 2006 “isentar todos os outros casos que se enquadrem na lei e possam beneficiar desta isenção” (isenção de IMT);

Considerando que o Artigo 39º-B do EBF dói adiado pela Lei 53-A/2006 de 29 de Dezembro, não pode esta Assembleia pronunciar-se por uma deliberação da Câmara Municipal de 1 de Março de 2006, obviamente anterior à publicação da Lei.

Se a Câmara deliberou, será a Câmara a responsável e não será esta Assembleia que assumirá qualquer responsabilidade por situações anteriores e concedidas ao abrigo daquela deliberação.

2- Benefício Fiscal solicitado ao abrigo do Artigo 39-B do EBF, aditado pela Lei 53-A/2006 de 29 de Dezembro.

Relativamente à concessão deste Benefício Fiscal é necessário analisar os números 6 e 7 do Artigo 39º-B e considerando que não foi até ao momento publicada pelo Ministério das Finanças a Portaria que delimitará as áreas territoriais beneficiárias, votarei favoravelmente esta proposta, condicionada à publicação da referida portaria de regulamentação.”

O Senhor Presidente da Câmara disse:

“Pretendemos com este ponto que se estabeleça um benefício fiscal ao requerente. Uma vez ter o direito ao benefício que depois será fiscalizado pelas finanças, porque se não se enquadrar no que são os requisitos legais não é concedido o benefício, ainda que nós tenhamos aceite que seja concedido, uma vez que a nossa deliberação camarária não é vinculativa.”

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) disse:

“Temos aqui uma questão formal que tem que ser resolvida, porque na ordem de trabalhos não consta objectivamente a deliberação da Assembleia Municipal sobre os casos genéricos que tenham enquadramento na Lei. Para ultrapassarmos esta questão formal proponho que se altere o ponto da ordem de trabalhos 4.2, que se retirem os nomes dos proponentes e fique simplesmente “pedido de isenção do IMT ao abrigo do Artigo n.º 39-B do Estatuto de Benefícios Fiscais de acordo com a Lei, e que a deliberação seja no sentido tal como a Câmara fez também esta Assembleia delibere dar parecer favorável á isenção do IMT para todos os casos que se enquadrem na lei e possam beneficiar desta isenção.”

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que naquele momento se registavam 17 presenças na sala.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que se iria passar à votação da proposta apresentada pelo Senhor Deputado do PSD.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade aprovar a proposta apresentada, com 17 votos a favor.

De seguida passou á votação do ponto em discussão, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade aprovar o ponto 4.2 da ordem de trabalhos, com 17 votos a favor.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

4.3 – 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO DE 2007;

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos intervenientes:

A Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal disse:

“Sobre este assunto tenho a dizer que votamos contras as Grandes Opções do Plano para 2007. Entendemos que apesar das alterações que aqui são apresentadas, não resolverem nenhum problema de fundo, não queremos no entanto inviabilizar projectos na área da educação ou atrasar a aquisição de equipamento tecnológico para o Centro Interpretativo de Belmonte pelo que nos abstemos.”

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) disse:

“Esta 1ª revisão obviamente resulta da necessidade de incorporação de saldos da gestão anterior, pelo que decorre da lei a aplicação e a sua distribuição, o que não nos merece qualquer reparo. De qualquer forma ela decorre da proposta das grandes opções do plano e orçamento de 2007, que na altura votamos contra. Mas neste caso está só em causa o ajustamento financeiro, pelo nos abstemos nesta votação.”

O Senhor António Manuel Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte disse que votariam favoravelmente o ponto em discussão.

Senhor Presidente da Assembleia informou que se iria passar à votação do ponto em discussão. A Assembleia deliberou, por maioria, aprovar a 1ª revisão às grandes opções do plano e ao orçamento de 2007, com 10 votos a favor do PS e 6 abstenções do PSD e da CDU.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou que se iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

5 – 2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES:

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente tendo havido uma intervenção por parte do Senhor Sérgio Paulo Gomes jornalista da Rádio Caria.

O Senhor Sérgio Paulo Gomes disse:

“A minha presença aqui prende-se apenas por um único motivo. Não é para agradecer os louvores atribuídos á Rádio Caria por parte do Senhor Deputado Martins da Fonseca, essa é uma função dos meus superiores, sou apenas um mero funcionário. Um mero funcionário que já foi colaborador e animador. Mas de certo o Senhor Deputado Martins da Fonseca guardou em of-line a página da Rádio Caria, porque reportou oito anos, quando o Sérgio que vinha na página da Internet era um mero colaborador da Rádio Caria naquela altura. Houve uma comparação entre uma noticia que está on-line na página da Rádio Caria com um blog que estava na Internet e ao qual o Senhor Deputado Martins da Fonseca referiu, aumentou o tom e chamou a atenção nesta sala e disse: “Como repararam eu falo

aqui nesse blog e ao mesmo tempo falo aqui nessa peça presente no site da Rádio Caria.” Essa peça tem a assinatura do Sérgio, que toda gente conhece, e não me importo que me tratem por Sérgio, mas a partir deste momento para o Deputado Senhor Doutor Martins da Fonseca este cartão quer dizer Sérgio Paulo Gomes. Este é o nome profissional do jornalista. Se o Senhor Doutor não encontrou na Internet um sítio onde está escrito Sérgio Pulo Gomes como jornalista, então Senhor Doutor, toda a gente está a tempo de aprender a mexer mais um bocadinho e se quiser ao contrário de algumas interrogações que se lançaram aqui, num pequeno intervalo, não existe diferendo nenhum entre Sérgio Paulo Gomes entre o Senhor Doutor Martins da Fonseca. Como devem imaginar dentro do estatuto e do Código de Ética Deontológico Jornalístico e como diz atrás deste cartão, normalmente o jornalista só é obrigado a mostrar este cartão a uma autoridade. Mas também para defender o bom nome da casa que represento, o nome e o número que a Comissão da Carteira Profissional Jornalista que me atribui.

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) em direito a resposta disse:

“Relativamente a este assunto é evidente que as pessoas são secundárias, o que importa é o conteúdo. Relativamente á notícia não tenho nada a retirar, relativamente às coincidências também não, garanto-lhe que corri tanto quanto eu sei o site da Rádio Caria para trás e para diante, animado de toda a vontade, e não vi a ficha técnica em lado nenhum. Não vi qual a condição, se é Disco Joker ou jornalista, esforcei-me por o fazer, perguntei a duas pessoas que não me souberam dizer, portanto fiz toda a diligência possível nesse sentido. Também tenho uma cédula profissional que é para apresentar ás autoridades e a toda agente que queira saber e que mereça saber. Bem-haja por ter considerado que eu merecia ver a sua. Relativamente ao jornalista eu admiro todas as profissões mas se há uma que eu admiro em democracia, quando é bem exercida, é a de jornalista. Honremos as nossas profissões, peço-lhe só que não me leve a mal em termos pessoais, peço-lhe que entenda que o meu desejo é de que o Senhor consiga desempenhar o seu papel de jornalista o melhor possível, tanto quanto desejo desempenhar o meu, a de deputado nesta assembleia, da mesma forma que o desejo para mim, o desejo para si. A notícia em termos de Código Deontológico, Senhor Jornalista, deixa muita dúvida, e a coincidência temporal e terminológica também me deixa duvidas.”

O Senhor Sérgio Paulo Gomes disse:

“Para recalcar novamente sobre esse assunto, e o Senhor Deputado Martins da Fonseca sabe muito bem, as gravações existem para serem analisadas e utilizadas, posso dizer-lhe que na análise dessa gravação, na análise dessa sua acusação dessa comparação temporal deve haver provas para comprovar essa sua declaração.”

O Senhor Presidente da Assembleia propôs a aprovação de todas as deliberações em minuta, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta reunião, da qual eu, _____, Primeiro Secretário da Mesa, redigi, subscrevi e assino a presente acta.

O Presidente da Mesa

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário